

# OS IMPACTOS DAS POLITICAS AMBÍGUAS E A INSEGURANÇA ONTOLÓGICA DOS SUJEITOS COLETIVOS NO SERTÃO DE ITAPARICA: REFLEXÕES SOBRE OS MEGAEMPREENHIMENTOS E A SOCIEDADE DE RISCO.<sup>1</sup>

Luan Henrique da Silva Arruda<sup>2</sup>

Ainda que a Constituição de 88 tenha representado significativas mudanças em relação ao reconhecimento de direitos aos sujeitos coletivos, principalmente para os povos e comunidades tradicionais, a relação entre políticas públicas consorciadas com agentes do capital privado vem trazendo consequências maléficas para tais sujeitos, respaldado no argumento desenvolvimento sustentável, (ZHOURI, 2005). Foi percebido que o Sertão pernambucano, especialmente o Sertão de Itaparica, uma microrregião composta por sete municípios (Belém de São Francisco; Carnaubeira da Penha; Floresta; Itacuruba; Jatobá; Petrolândia; Tacaratu) e com população estimada de 134.212, IBGE (2010) vem sofrendo com o assédio e a construção de obras de grandes portes, como a usina hidroeétrica de Itaparica, transposição do rio São Francisco, Ferrovia Transnordestina. Outro exemplo pode ser observado no Plano Nacional de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, que pretende até 2030 construir usinas nucleares no Nordeste, uma delas na cidade de Itacuruba. Deste modo, este trabalho pretende compreender os impactos dessas obras sobre os grupos étnicos no município de Itacuruba - PE, sertão de Itaparica, que vão desde reassentamentos e deslocamentos territoriais até emergência e intensificação de conflitos interétnicos. Vale salientar que esse artigo é uma reflexão inicial, uma vez que esse universo de pesquisa será aprofundando a partir do campo do mestrado, que está previsto para o primeiro semestre de 2019. Pode-se ainda destacar quais são os grupos étnicos: **grupos quilombolas** Negros do Gilu, Poço dos Cavalos, Ingazeira; **os povos indígenas** Pankará serrote dos campos e Tuxá; E os que estão em **emergência étnica**, Tuxá campos e os indígenas Pajeú. Os mesmos podem ser colocados numa posição de sociedade risco (TADDEI, 2016), uma vez que são impactados pela inovação tecnológica e ambição modernizante causando riscos inéditos ou não, mas sobretudo, controlado e tolhendo a possibilidade de manutenção da vida e da materialização do futuro.

**Palavras-chave:** Megaempreendimentos; impactos; grupos étnicos

## INTRODUÇÃO

*“Outro longo e mortal jogo começou. O principal choque da primeira metade do século XXI não será entre religiões ou civilizações. Será entre a democracia liberal e o capitalismo neoliberal, entre o governo das finanças e o governo do povo, entre o humanismo e o niilismo”*

**A era do humanismo está terminando**, Achille Mbembe, 2017

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF

<sup>2</sup> Possui licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade de Pernambuco (UPE) e bacharelado em psicologia pela Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE). Em 2018 iniciou o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).  
luanhenriquepe@gmail.com

Ainda que a Constituição de 1988 tenha representado significativas mudanças em relação ao reconhecimento de direitos aos grupos étnicos, principalmente para os povos e comunidades tradicionais, a aliança entre políticas públicas consorciadas com agentes do capital privado vem trazendo consequências maléficas para tais grupos, respaldado no argumento desenvolvimento sustentável, (ZHOURI, 2005).

Sobre esse documento oficial, que está completando 30 anos em 2018, pode-se destacar o Art. 68, no caso dos quilombolas, que garante o direito à propriedade de suas terras: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988). Assim como também pode-se salientar o artigo Art. 231. do capítulo 3 desse mesmo documento que afirma: São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL,1988).

Embora, sejam marcantes esses artigos apresentados acima, faz-se necessário problematizar a contradição na postura do Estado, especialmente pensado no aspecto territorial. Como dito anteriormente, o argumento de desenvolvimento sustentável nos diz antes de tudo sobre o caráter conflituoso da questão ambiental, como também da inversão do seu sentido que na década de 80 estava de posse dos indígenas, ribeirinhos, quilombolas ... na luta ambiental e passou a ser:

[...] deslocado daquele sentido pretendido pela luta dos “povos da floresta” e dos ambientalistas. Para estes, os modos de vida dos grupos locais – incluindo suas respectivas formas de apropriação material e simbólica da natureza - representavam um contraponto ao modo de vida da sociedade urbano-industrial que, nesta concepção, seria insustentável (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2014, p.11).

Dito de outra forma, para o antropólogo Arturo Escobar, desenvolvimento tornou-se um mantra utilizado por diferentes grupos políticos e empresariais para justificar megaprojetos sem levar em conta os impactos negativos nas comunidades locais, (SILVA, 2016). Pode-se afirmar que esse tipo de manejo político favorece a “reorganização de espaços e territórios”, (ALMEIDA, 2012). No sentido que:

Incorporados pelas ações governamentais mais recentes, tais critérios reeditam a prevalência do quadro natural, privilegiam biomas e ecossistemas como delimitadores de “regiões”, flexibilizam normas jurídicas que asseguram os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais e objetivam atender às demandas progressivas de um crescimento econômico baseado principalmente em commodities minerais e agrícolas. Não obstante, tais reedições mostram-se em descontinuidade com as medidas de “zoneamento ecológico-econômico” e com os programas de “proteção da natureza” preconizados pelas agências multilaterais, que caracterizaram a quadra neoliberal das últimas décadas do século XX. (ALMEIDA, 2012, p. 63)

Paralelo ao argumento supracitado, mas convergindo, Ribeiro (2008) nos explica como funciona os consórcios entre instituições de esfera pública e privada:

As instituições são os blocos de construção dos consórcios que, por sua vez, transformam-se em novas instituições, as quais podem virar as unidades de novos e mais complexos consórcios. A consorciação é fundamental para entender o campo do desenvolvimento, já que é o processo galvanizante que transforma redes de instituições em consórcios destinados a cumprir papéis delimitados conforme definido por um dado “projeto”. A consorciação é um processo político comandado por grupos de poder que operam em níveis mais elevados de integração. (RIBEIRO, 2008, p.115)

O autor ainda comenta que esse não é um processo novo, é algo que vem desde a revolução industrial e a perspectiva de expansão econômica. Esses consórcios se utilizam de vários mecanismos de sedução, como indenizações, promessas de emprego e moradia e arrisco a dizer solução para situações de “extrema pobreza”. Porém, o que está em jogo é a mercantilização do trabalho, a flexibilização das leis ambientais e o protecionismo econômico. Esse debate é bem profundo e parte na realidade da tradição agrária brasileira e a sua estrutura fundiária que acabaram por definir as relações entre diferentes segmentos da sociedade e grupos de controle do poder que exerceram sua hegemonia com base na violência física e simbólica, (FIALHO, 2011). A antropóloga ao discutir os empreendimentos relacionados ao neodesenvolvimento no sertão de Pernambuco, completa da seguinte forma:

Não há dúvidas sobre os benefícios econômicos e infraestruturais para a região. No entanto, a compreensão do processo agudo de desenvolvimento parece ir na contramão de um outro processo, tão moderno quanto o da industrialização: o reconhecimento dos direitos de comunidades tradicionais ao seu território. [...] Instrumentos normativos regulatórios e recomendatórios colocam a necessidade de consulta aos povos e comunidades tradicionais sobre os seus interesses nas áreas a serem ocupadas e/ou

atingidas; e é exatamente essa situação de tensão que tem enfatizado a necessidade de atentarmos para as dinâmicas territoriais que se configuram em momentos históricos diferentes. (FIALHO, 2011, p.115)

Neste sentido, através do envolvimento nas pesquisas do Laboratório de estudos sobre Ação Coletiva e Cultura (LACC/UPE), foi percebido que o Sertão pernambucano, especialmente o Sertão de Itaparica vem sofrendo com o assédio da construção de obras de grande porte, como a usina hidroelétrica de Itaparica, transposição do rio São Francisco, Ferrovia Transnordestina e outras ainda em pequena escala como a mineração. O Plano Nacional de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, também chama a atenção, quando pretende até 2030 construir usinas nucleares no Nordeste, uma delas na cidade de Itacuruba, município escolhido para realização desta pesquisa.

Leia-se sertão de Itaparica como uma forma encontrada pelo estado de Pernambuco para regionalização de suas atividades governamentais, como afirma Silva e Fialho (2017) citando a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (2011) :

Em 1999, foi definido, a partir de análises de mapas elaborados por diversas instituições estatais, o delineamento final da regionalização proposta para o Estado. Foi mantida pela Lei no 13.306, de 01 de outubro de 2007, a delimitação de 12 regiões, intituladas de Regiões de Desenvolvimento (RD), a saber: Metropolitana, Mata Norte, Mata Sul, Agreste Setentrional, Agreste Central, Agreste Meridional, Sertão Central, Sertão de Itaparica, Sertão do Araripe, Sertão do Moxotó, Sertão do Pajeú e Sertão do São Francisco. (CONDEPE/FIDEM, 2011 citado por SILVA & FIALHO, 2017, p.37).

Deste modo, este artigo visa fazer uma reflexão inicial sobre os impactos dessas obras desenvolvimentistas e analisar como os conflitos gerados por essa lógica tem afetado os grupos étnicos de Itacuruba, no sertão de Itaparica-PE, que são os **grupos quilombolas** Negros do Gilu, Poço dos Cavalos, Ingazeira; **os povos indígenas** Pankará serrote dos campos e Tuxá; E os que estão em **emergência étnica**, Tuxá campos e os indígenas Pajeú. A escolha da cidade se deu especialmente porque está nas notícias de jornais e índices de saúde como um dos municípios com alta taxa de suicídio, uso de ansiolítico e antidepressivo, alcoolismo e depressão. Isso será esmiuçado posteriormente. Para Athias (2005) esses grupos:

[...] estão relacionados ao processo de territorialização, no sentido que a constituição de seus territórios estão intimamente ligados as suas identidades étnicas e ao exercício da cidadania plena. Esses

territórios são negociados dentro de um quadro político preciso cujos parâmetros estão estabelecidos pelo Estado. (ATHIAS,2005, p.3).

A categoria impacto pode ser entendida nos termos que Ligya Sigaud utiliza em seu texto **O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens**, ora como uma opção estratégica de empreendimento e de tecnologia, ora como seus efeitos são produzidos em determinados espaços e grupos.

Não o bastante, percebe-se que os impactos sofridos por esses grupos, que já são reassentados devido à construção da usina hidrelétrica de Itaparica, ou até mesmo a especulação de empreendimentos diversos naquele município, acaba colocando-os numa posição de sociedade risco, ou seja, através da inovação tecnológica e da ambição modernizante, criam riscos inéditos e que não somos capazes de mensurar.

Desde o período do império com Dom Pedro II os sertões, como pode ser visto na matéria da apública (2014), “**A Transposição, um projeto dos tempos do Império**”, especialmente o sertão Pernambucano vem sendo alvo de investidas desenvolvimentistas. São investidas ora do poder público, ora da influência do capital interno e externo, cujas metas promovem espaços para conflitos, esquecimentos e exclusões que atingem os cidadãos, direta ou indiretamente com as políticas ambíguas (SCOTT, 2006). Nessa perspectiva, nem sempre as comunidades diretamente atingidas pelos empreendimentos têm a clareza sobre quantos e quais projetos estão sendo desenvolvidos, (FIALHO, 2011). Desta forma, grupos inteiros são submetidos ao exílio para que sejam construídas grandes barragens, (FIGUEIREDO, 2016).

Este movimento é compreendido nesse trabalho como uma situação de desastre, ou seja, um acontecimento que desorganiza a ordem social, cultural, econômica e política de uma coletividade (TADDEI, 2016). Para tanto, algumas questões são necessárias como norteadoras do trabalho: Os grupos étnicos se sentem impactos pelas obras de desenvolvimento? De que forma? Como se dá a dinâmica territorial desses grupos? Como compreendem categorias como saúde, doença e saúde mental? Como estão sendo feitas as ações tanto por parte das políticas públicas como dos próprios grupos sobre a saúde mental? E quais estratégias estão sendo mobilizadas para enfrentar a nova onda desenvolvimentista?

## **Reassentamento compulsório, risco e sofrimento**

Na década de 80 e 90, a população de Itacuruba-PE teve que ser reassentada de forma compulsória, devido a construção da usina hidroelétrica de Itaparica. Como pode ser visto no trabalho do professor Parry Scott:

No final da década de oitenta, a construção da barragem de Itaparica se encontrava próxima à sua conclusão e uma população de mais de oitenta mil moradores da beira do Rio São Francisco, metade dos quais agricultores, enfrentava um iminente traslado das suas velhas moradias para novas áreas. As agrovilas de destino foram construídas como parte de um projeto de remoção e reassentamento provocado pelo Governo. Neste cenário, os sindicatos trabalhavam para defender a população atingida e garantir a qualidade dos projetos (SCOTT, 2009,p.13)

A população deste município, que é o menor de Pernambuco, viu sua cidade inundar. Como afirma socorro: ao inundar áreas se inundam lugares com seus significados e símbolos próprios, expressão da identidade coletiva. (FIFUEIREDO,2016). Vale salientar que o reassentamento compulsório não é um processo novo. Ocorre em condições variadas identificadas há muitos anos por Hansen and Oliver-Smith (1982) como desastres naturais, tumultos políticos e mudança planejada, (SCOTT,2009). Neste caso, pode-se dizer que estas últimas duas situações, contribuem para o favorecimento de política ambíguas.

Políticas governamentais são irreparavelmente ambíguas. A natureza múltipla e complexa do estabelecimento de metas e de execução do planejado sempre deixa espaços para conflitos, esquecimentos e exclusões, que atingem os cidadãos, direta ou indiretamente com as políticas. Por essa razão, políticas governamentais são geradoras de insegurança. (SCOTT, 2006, p.75)

Para pensar essa categoria de insegurança, considero importante considerar a categoria de Giddens sobre segurança ontológica e ao mesmo tempo afirmar como esse movimento pode ser gerador de sofrimento, ou seja, uma alternativa à de 'dor', constitui uma dessas formas inevitáveis para lidar com a dimensão entranhada do adoecimento, (DUARTE, 1998).

Essa segurança, a segurança ontológica, é uma forma, mas uma forma muito importante de sentimentos de segurança no sentido mais amplo do termo. É a crença que a maioria dos seres humanos tem na continuidade de sua auto-identidade e na constância dos ambientes de ação social e material em que vivem. Uma sensação de confiança inquestionável nas pessoas e coisas ao redor (DAMIÃO, 2011, p.61).

Outra forma de lidar com o sofrimento, ou de ser uma extensão dele é o corpo. Para Foucault (2004) citado por Gama et al. (2009) em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. Em uma outra leitura, Le Breton nos diz que:

O corpo é um vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída: atividades perceptivas, mas também a expressão de sentimentos, cerimoniais dos ritos de integração conjunto de gestos e mímicas, produção de aparência, jogos sutis da sedução, técnicas do corpo, exercícios físicos, relação com a dor, com o sofrimento, etc. (LE BRETON, 2007,p.7)

Neste sentido, de modo a orientar e delimitar fenômeno social pesquisado, foi decidido investigar os possíveis impactos sofridos pelos grupos étnicos de Itacuruba – PE, colocando-os em uma posição de risco. Pode-se identificar os seguintes grupos: os **grupos quilombolas** Negros do Gilu, Poço dos Cavalos, Ingazeira; **os povos indígenas** Pankará serrote dos campos e Tuxá; E os que estão em **emergência étnica**, Tuxá campos e os indígenas Pajeú. A emergência pode ser entendida como:

[...] produto de embates e negociações entre concepções acadêmicas, projetos de Estado e motivações de grupos sociais em princípio inteiramente alheios a tais concepções e projetos. Embates e negociações que precisam ser compreendidos em termos históricos e regionais. (ARRUTI, 1995, p. 84)

Os grupos étnicos, por sua vez, podem ser compreendidos como tipos organizacionais definidos por categorias de adscrição do tipo “nós” e “outros”. Essa categoria está articulada com o conceito de etnicidade, ou seja, que visa investigar como são construídas as fronteiras que diferenciam um grupo de outro. Essa discussão pode ser encontrada na obra, grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Bath (1969) inserida no livro teorias da etnicidade (1998) de Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff – Fenart.

Observa-se que o trabalho parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo, (RICHARDSON ,1999). Algo que será realizado no primeiro semestre de 2019.

Embora, desde o segundo semestre de 2017, tive a oportunidade de ir pela pesquisa Brasil central, para o sertão de Itarapica, escolhida como ponto de partida por se tratar de uma Região de Desenvolvimento (RD) do estado de Pernambuco. Na realidade, teve um caráter de visita exploratória e uma forma que foi escolhida para estabelecer uma rede de contatos, desde instituições públicas até comunidades locais. Foi nosso intuito, também, obter materiais e ampliar dados.

Foram contatadas um total de onze (11) pessoas dos dois municípios visitados. Na cidade de Floresta, foram contatadas oito pessoas, sendo destas, quatro professores do IF SERTÃO; Maria de Fátima (Tia), uma liderança da comunidade quilombola Filhos do Pajeú, uma das responsáveis pelo Projeto Cultura de Paz vinculado à Paróquia da cidade; Luanda Vilarim, uma servidora da Secretaria da Mulher e o Osório Leite, secretário de Agricultura e Floresta do município. No município de Itacuruba, conversou-se com três pessoas, sendo destas, Valdeci, uma liderança da comunidade quilombola Poço dos Cavalos; Cristina Almeida Freire, uma secretária de cultura e um assessor da secretaria.

Esse foi o primeiro passo para construir este projeto e para problematizar o contexto de saúde dos grupos étnicos de Itacuruba. Na imagem abaixo, é possível perceber este município em relação a sua rede assistencial, que está explicitada no caderno de informações de saúde (2016). Ele possui uma quantidade mínima de unidades de atenção básica e conta com escassez de profissionais de saúde, especialmente na especialidade que toca nos temas que vamos trabalhar com mais afinco durante a pesquisa, psiquiatras e psicólogos, ou seja, profissionais voltados a saúde mental.

Número de estabelecimentos por tipo, segundo gestão  
Dez/2016

| Tipo de estabelecimento                              | Público  | Filantropico | Privado  | Não Informado | Total    |
|--|----------|--------------|----------|---------------|----------|
| Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde              | -        | -            | -        | -             | -        |
| Consultório  | -        | -            | -        | -             | -        |
| Posto de Saúde                                       | 1        | -            | -        | -             | 1        |
| Unidade Móvel Fluvial                                | -        | -            | -        | -             | -        |
| Unidade Móvel Terrestre                              | -        | -            | -        | -             | -        |
| Academia da saúde                                    | -        | -            | -        | -             | -        |
| Central de notific, captação, distrib órgão do estad | -        | -            | -        | -             | -        |
| Central de Regulação                                 | -        | -            | -        | -             | -        |
| Central de Regulação de Serviços de Saúde            | -        | -            | -        | -             | -        |
| Central de Regulação Médica das Urgências            | -        | -            | -        | -             | -        |
| Centro de Apoio a Saúde da Família-CASF              | -        | -            | -        | -             | -        |
| Centro de Atenção Hemoterápica e/ou Hematológica     | -        | -            | -        | -             | -        |
| Centro de Atenção Psicossocial-CAPS                  | -        | -            | -        | -             | -        |
| Clinica Especializada/Ambulatório Especializado      | -        | -            | -        | -             | -        |
| Cooperativa  | -        | -            | -        | -             | -        |
| Farmácia   | -        | -            | -        | -             | -        |
| Hospital Especializado                               | -        | -            | -        | -             | -        |
| Hospital Geral                                       | -        | -            | -        | -             | -        |
| Hospital Dia   | -        | -            | -        | -             | -        |
| Laboratório Central de Saúde Publica - LACEN         | -        | -            | -        | -             | -        |
| Laboratório de Saúde Publica                         | -        | -            | -        | -             | -        |
| Oficina Ortopédica                                   | -        | -            | -        | -             | -        |
| Policlínica  | -        | -            | -        | -             | -        |
| Pronto Atendimento                                   | -        | -            | -        | -             | -        |
| Pronto Socorro Especializado                         | -        | -            | -        | -             | -        |
| Pronto Socorro Geral                                 | -        | -            | -        | -             | -        |
| Secretaria de Saúde                                  | 1        | -            | -        | -             | 1        |
| Serviço de Atenção Domiciliar Isolado(HOME CARE)     | -        | -            | -        | -             | -        |
| Unidade Autorizadora                                 | -        | -            | -        | -             | -        |
| Unidade de Atenção à Saúde Indígena                  | -        | -            | -        | -             | -        |
| Unidade de Atenção em Regime Residencial             | -        | -            | -        | -             | -        |
| Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia    | -        | -            | -        | -             | -        |
| Unidade de Vigilância em Saúde                       | -        | -            | -        | -             | -        |
| Unidade Mista  | 1        | -            | -        | -             | 1        |
| Unidade Móvel de Nível Pre-Hosp-Urgência/Emergênci   | -        | -            | -        | -             | -        |
| Telesáude  | -        | -            | -        | -             | -        |
| <b>Total</b>   | <b>3</b> | <b>-</b>     | <b>-</b> | <b>-</b>      | <b>3</b> |

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 03/2017  
Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS



**Imagem 1.** Rede assistencial. In: Caderno de informações de saúde 2016. Ministério da Saúde (BRASIL).

Segundo o IBGE (2018), Itacuruba possui uma população estimada de 4.869 pessoas em uma unidade territorial de 430,038 km<sup>2</sup>. Em 2011, o blog do Alvinho Patriota replicou uma reportagem do Jornal do Comercio, onde a secretária de saúde do município, Sandra Cantarelli, disse isso: “as doenças psicológicas mais registradas no município são depressão (41,8%), esquizofrenia (17,8%), ansiedade (12%) e bipolaridade (6,2%). Nestes números não estão incluídos pessoas que tomam remédios dos familiares e que se automedicam

Apesar da secretária não incluir os números de pessoas que se automedicam, em uma matéria sob o título, **dependência química preocupa em Itacuruba (2011)**, o Conselho Regional de Medicina do estado de Pernambuco (CREMEPE), afirma que 10% da população depende mensalmente desse tipo de medicação e considera isso alarmante.

Indo nessa linha de raciocínio, o que me chamou atenção inicialmente foi a ausência na cidade do Centro de Referência Psicossocial (CAPS). Contudo, algumas considerações sobre esse sistema devem ser feitas. Para a implantação de um CAPS, segundo o documento do Governo do Paraná (2018), é necessário no mínimo ter um contingente populacional de 20 mil Habitantes. Quando está abaixo de taxa, rede básica com ações de saúde mental.

Este artigo além de ser atual problematizando as ações dos agentes como governo e capital privado, visa fortalecer as reflexões sobre o fazer antropológico implicado com a ética e o compromisso social, sobretudo, compreendendo que esses grupos étnicos estão sendo isolados em seus territórios e invisibilizados em seus direitos. Já que segundo João Pacheco:

[...] a realidade atual é de um mundo globalizado, onde as sociedades mantêm fronteiras porosas, são atravessadas por múltiplos processos de diásporas e operam uma revalorização de identidades e saberes locais. Isso impõe novos objetos de reflexão à antropologia contemporânea, mostrando a necessidade de investigação e de posicionamento crítico frente a fenômenos antes considerados como de interesse restrito do direito internacional e da diplomacia. (OLIVEIRA, 2000, p. 126)

Neste sentido, compreender a dinâmica territorial é fundamental e proporciona não só a reflexão sobre a necessidade desses sujeitos coletivos e a lógica local, mas quebra com a representação homogênea de como eles estão sendo afetados. Este trabalho está integrado ao projeto “conflitos sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil central”, vinculado ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, que tem por objetivo mapear e analisar os efeitos das políticas governamentais e das agroestratégias, elaboradas por conglomerados econômicos voltados para a produção de *commodities* agrícolas, destinadas principalmente ao mercado internacional, sobre os povos e comunidades tradicionais. A nova cartografia social é uma perspectiva de representação cartográfica elaborada pelas próprias comunidades, como instrumentos complementares ao trabalho etnográfico, inserindo-se como instrumentos importantes no contexto de lutas por terra e território dos grupos sociais (SILVA; FIALHO, 2017).

| Nome da notícia  |
|--|
| (Diário Oficial) Indicação Número 343/2011 (02/03/2011)  |
| (Diário Oficial) Polêmica sobre a usina nuclear de Itacuruba (15/03/2011)  |
| (Diário Oficial) ATA (16/03/2011)  |
| (Diário Oficial) Ciência e tecnologia agenda audiência para Próx. Dia 29 (22/03/11)  |
| (Diário Oficial) Consciência Ambiental é desafio da campanha da fraternidade (31/03/11)  |
| (Diário Oficial) Ata de reunião extraordinária da comissão de ciências, tecnologias e informática realizada em 21/03/2011 (06/04/11)                                     |
| (Diário Oficial) Ata da primeira reunião da instauração da frente parlamentar de interiorização do desenvolvimento do estado realizada em 26.03.11 (07/04/11)            |
| (Diário Oficial) Deputados abordam possível instalação de usina nuclear (12/05/2011)   |
| (Diário Oficial) Energia nuclear volta a motivar debates (13/05/2011)  |
| (Diário Oficial) Ata da quinquagesima primeira reunião ordinária da primeira sessão legislativa ordinária da décima sétima legislatura (17/05/2011)                      |
| (Diário Oficial) Coelho detalha atividades de recesso (10/11/2011)   |
| (Diário Oficial) Ata octagésima quarta reunião ordinária da primeira sessão legislativa ordinária da décima sétima legislatura realizada em 09.08.11 (11.08.2011)        |
| (Diário Oficial) Economia Brasileira e de Pernambuco (28/03/2009)  |
| (Diário Oficial) Instalação de usina nuclear requer cuidados (15/09/2009)  |
| (Diário Oficial) Ata da nonagesima nona reunião extraordinária da terceira sessão legislativa ordinária da décima sexta legislatura realizada em 14.11.2009 (16/09/2009) |
| (Diário Oficial) Requerimento 3058/2013 (17/12/2013)   |
| (Diário Oficial) requerimento 3843/2014 (04/12/2014)   |
| (Diário Oficial) Indicação nº 1946/2015 (27/08/2015)   |
| (Diário Oficial) Requerimento nº 1943/2015 (03/12/2015)  |
| (Diário Oficial) Usina nuclear (17 e 18/06/1987)   |
| (Diário Oficial) Título VI - das disposições finais e transitorias - Art 157 (16/02/1990)  |
| (Diário Oficial) Artigo 162 (23/02/1990)   |
| (Diário Oficial) Drummond diz que estado não reivindica Usina atômica (05/05/1987)   |
| (Diário Oficial) Drummond diz porque é contra a usina atômica (07/05/1987)   |
| (Diário Oficial) Drummond Xavier tem apoio da câmara contra usina nuclear (21/05/1987)   |
| (Diário Oficial) Requerimento nº 727 (24/10/1987)  |
| (Diário Oficial) Requerimento nº 741 (28/10/1987)  |
| (Diário Oficial) Requerimento nº 689 (17/10/1987)  |
| (Diário Oficial) Projeto nº 244 (21/11/1987)   |
| (Diário Oficial) Ata de reunião (25/11/1987)   |
| (Diário Oficial) Requerimento de urgência (26/11/1987)   |
| (Diário Oficial) Parecer N° 514 (03/12/87)   |
| (Diário Oficial) Parecer N° 530 (04/12/87)   |
| (Diário Oficial) Emenda N° 933 (12/08/89)  |
| (Sites) Itacuruba-PE- Usina Nuclear que pode ser construída na cidade começa a gerar protestos depois do acontecido no Japão (30/11)                                     |
| (Sites) Eletronuclear busca locais para construção de novas usinas (11/01/2016)  |
| (Sites) Eletronuclear busca locais para construção de novas usinas nucleares no país (13/01/2016)  |
| (Sites) Eletronuclear faz reconhecimento de locais para futuras usinas nucleares em Sergipe (11/01/2016)   |
| (Sites) Usina nuclear em Pernambuco modo de compatibilidade  |
| (Diário de PE) Recife vai sediar debate sobre benefícios da tecnologia nuclear para a inclusão social (08/11/2013)   |
| (Sites) Energia nuclear (05/06/2008)   |
| (Blog do Jamildo - NE10) Eletronuclear joga para Eduardo Campos papel de atrair usina nuclear para Itacuruba (08/08/2013)  |
| (Blog do Jamildo - NE10) Itacuruba: escola técnica é condição para usina nuclear (08/08/2013)  |
| (Blog do Jamildo - NE10) Instalação de Usina Nuclear em Itacuruba ainda depende de decisão política (08/08/2013)   |
| (Blog do Jamildo - NE10) Eletronuclear vai explicar estudo de usina nuclear no Nordeste, em evento na Associação Comercial de Pernambuco (01/08/2013)                    |
| (Blog do Jamildo - NE10) Daniel Coelho vai à igreja buscar apoio contra usina nuclear (01/07/2011)   |
| (Blog do Jamildo - NE10) Usina nuclear vira assunto na Assembleia  |
| (Blog do Jamildo - NE10) Eduardo diz que confirmação de usina nuclear em Pernambuco é boato e que “não tem cabimento” (11/05/2011)                                       |
| (Blog do Jamildo - NE10) Lobão confirma usina nuclear em Itacuruba. Eduardo Campos vence queda de braço com Jacques Wagner, da Bahia (11/05/2011)                        |
| (Blog do Jamildo - NE10) Antes da morte de Alencar, Eduardo havia marcado visita a Itacuruba, escolhida como primeira opção para usina nuclear do Nordeste (29/03/2011)  |
| (G1-PE) Três municípios são avaliados para possível instalação de usinas nucleares (26 Fev)  |
| (NE-10) Caravana antinuclear percorre quatro cidades do Sertão (28/10/11)  |

## Imagem 2. Levantamento no Diário Oficial – PE sobre a Usina Nuclear

Percebe-se, que não é algo recente, o movimento de investimentos desenvolvimentistas no município de Itacuruba-PE, especialmente na área energética. Neste artigo, foi feito um levantamento no diário oficial de Pernambuco (acima exposto), onde observou-se que desde anos 80, essa questão é discutida na pauta política do estado.

Deste modo, deve-se somar futuramente com o campo exploratório, um trabalho de resgatar o trajeto de vida coletiva desses grupos étnicos, fazendo uma reconstituição sobre esse processo de deslocamento e reassentamento, percebendo os sentidos e significados, mas sobretudo, compreendendo o sofrimento e a emoção ocasionado pela política ambígua que até certa medida impedem esses grupos de pensar o futuro, pois não sabem se vai existir um futuro devido a lógica de desenvolvimento.

## **Conclusão**

A finalidade deste artigo não foi esgotar as reflexões sobre o tema ou dissecá-lo totalmente. Trata-se de uma reflexão inicial, de uma pesquisa de mestrando em desenvolvimento. Como dito anteriormente buscou-se compreender os impactos dessas obras sobre os grupos étnicos no município de Itacuruba - PE, sertão de Itaparica, que vão desde reassentamentos e deslocamentos territoriais até emergência e intensificação de conflitos interétnicos.

Pode-se vê alguns dados que vão desde a rede de atenção à saúde que o município de Itacuruba-PE recebe/ possui, passando por reportagens que trazem os índices e de um levantamento no diário oficial onde verificou-se que o assédio desenvolvimentista não é algo recente e nem episódico naquela região e sim um movimento contínuo que coloca os grupos étnico numa posição de risco. Incorporando-os em um processo de sofrimento e adoecimento que afeta sua segurança ontológica.

## **Referências**

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. CADERNO CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, Jan./Abr. 2012. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792012000100005&script=sci...tlng](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792012000100005&script=sci...tlng). Acesso: 2018.

ASCHIDAMINI, Ione Maria; SAUPE, Rosita. **Grupo focal – estratégia metodológica qualitativa: um ensaio teórico**. Revista cogitare enfermagem, Capa > v. 9, n. 1 (2004). Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/1700>. Acesso: 2018

ARRUTI, J. M. P. A. **Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional.** In: Estudos Históricos v. 15, p. 54-94, 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1995/1134> Acesso: 2018.

ATHIAS, Renato. Diversidade étnica, direitos indígenas e políticas públicas. Disponível em: [https://www.ufpe.br/.../publicacoes\\_4.pdf/922d310e-92f5-43e8-a48c-1c71da7a0592](https://www.ufpe.br/.../publicacoes_4.pdf/922d310e-92f5-43e8-a48c-1c71da7a0592). Acesso: 2018.

BRASIL. **Caderno de informações de saúde – Município de Itacuruba.** Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: [www.saude.pe.gov.br/cadernos2016/XIGeres/PE\\_Itacuruba\\_Geral.xlsx](http://www.saude.pe.gov.br/cadernos2016/XIGeres/PE_Itacuruba_Geral.xlsx) . Acesso: 2018

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.** Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso: 2018.

BRASIL, DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso: 2018

CLIFFORD, James. **Sobre a autoridade etnográfica.** In: A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. 320p.

**Dependência química preocupa em Itacuruba.** Conselho Regional de Medicina do estado de Pernambuco. Disponível em: <http://www.cremepe.org.br/2011/08/25/dependencia-quimica-preocupa-em-itacuruba/> Acesso: 2018.

DOS SANTOS, Diego Felipe et al. **Análise e avaliação da construção da usina nuclear em Itacuruba, Pernambuco, e os possíveis impactos socioambientais.** VIII Encontro Nacional de Geografia – A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia, São Luís - MA. Disponível em: <http://www.eng2016.agb.org.br/site/anaiscomplementares2?AREA=11#D>

DUARTE, LFD., and LEAL, OF., orgs. **Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas [online].** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998. 210 p. ISBN 85-85676-46-9

FIALHO, Vânia. **Tensões e dinâmicas territoriais: Povos e comunidades tradicionais no contexto do desenvolvimento de Pernambuco.** Raízes, v.31, n.1, jan-jun / 2011. Disponível em: [www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_265.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_265.pdf) Acesso: 2017

FIGUEIREDO, Maria do Socorro Fonseca Vieira; FIGUEIRÊDO, Germana Fonsêca. **“Lá Onde o Rio Está Enterrado”: Itacuruba, identidade e memória em um “não-lugar”.** 30º Reunião Brasileira de Antropologia, 2016, Paraíba. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/30rba/index.php?id=11>. Acesso: 2017

GAMA, Gláucio Oliveira da; GAMA, Cláudio Oliveira da; PINHO, Luiz Celso. **Foucault, o corpo e o poder disciplinar.** Revista Digital - Buenos Aires - Año 14 - Nº 136 - Septiembre de 2009. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd136/foucault-o-corpo-e-o-poder-disciplinar.htm>. Acesso: 2018.

GODOY, Arllda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr. 1995. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901995000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000200008). Acesso: 2018.

GUBER, Rosana. **El Selvage metropolitano – reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo**. 1. Ed, Paidós estudios de comunicacion, 2005.

**Itacuruba**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/itacuruba/panorama>. Acesso: 2018

LE BRETON, David. **A Sociologia do corpo**/ David Le Breton; 2. Ed. Tradução de sonia M.S Fuhrmann. – Petrópolis, RJ: Vozes,2007.

MALINOWSKI, Bronisław. **Introdução – tema, método e objetivo de pesquisa**. In: **Argonautas do Pacífico ocidental**. MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental. (Introdução). São Paulo: Abril Cultural, 1976 [1922].

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. 1ª edição. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instrução para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos**/ Joaquim Martins Junior. 6. Ed. Revista e atualizada – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVA, Whodson; FIALHO, Vânia. **Sobre sujeitos e mapas: ausências e emergências dos indígenas nas cartografias do sertão de Itaparica**. In: Nóbrega, Ranyére Silva Reflexões sobre o semiárido: obra do encontro do pensamento geográfico [livro eletrônico] / Ranyére Silva Nóbrega – 1.Ed. – Ananindeua: Itacaiúnas, 2017.

SILVA, Flávio José Rocha da. **O conceito de desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar**. Revista Pegada – vol. 17 n.2, Dezembro/2016. Disponível em: [revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/download/4671/3585](http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/download/4671/3585). Acesso: 2018

**Pesquisa qualitativa com texto: imagens e som: um manual prático**. Martin W. Bauer, George Gaskell (editores), tradução Pedrinho A. Guareschi. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Ribeiro, Gustavo Lins. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento**. Novos estudos 80 II março 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n80/a08n80.pdf> Acesso:2018

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**/ Roberto Jarry Richardson; Colaboradores José Augusto de Sousa Peres...(et al.). – São Paulo: Atlas, 1999.

**Saúde Mental passo a passo: como organizar a rede de saúde mental no seu município?** Governo do Pará. Disponível em: [www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/saudementalpassopasso.pdf](http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/saudementalpassopasso.pdf). Acesso: 2018.

SÁEZ, Oscar Calavia. **Esse obscuro objeto da pesquisa: um manual de método, técnicas e teses em antropologia**. Ilha de Santa Catarina, 2013

SERAPIONI, Mauro. **Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração**. Ciência & Saúde Coletiva, 5(1):187-192, 2000. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-81232000000100016&script=sci...tng](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-81232000000100016&script=sci...tng). Acesso: 2018

SCOTT, Parry. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado**/ Parry Scott. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SCOTT, Parry. **Re-assentamento, Saúde e Insegurança em Itaparica: um modelo de vulnerabilidade em projetos de desenvolvimento.** Saúde e Sociedade v.15, n.3, p.74-89, set-dez 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902006000300007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902006000300007&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso: 2017.

SIGAUD, Lygia. **O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens.** RBCS. n° 18, ano 7, São Paulo, 1992.

SILVA, Whodson; FIALHO, Vânia. **Sobre sujeitos e mapas: ausências e emergências dos Indígenas nas cartografias do sertão de Itaparica IN: Reflexões sobre o semiárido: obra do encontro do pensamento geográfico [livro eletrônico] / Ranyére Silva Nóbrega – 1.Ed. – Ananindeua: Itacaiúnas, 2017.**

**Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil /** organizado por Norma Valencio, Mariana Siena, Victor Marchezini e Juliano Costa Gonçalves – São Carlos : RiMa Editora, 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco de Oliveira. Cidadania e globalização: povos indígenas e agências multilaterais. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 125-141, nov. 2000. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832000001400006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832000001400006). Acesso:2018.

**Povos tradicionais ameaçados por bancada ruralista têm conselho nacional abandonado pelo Governo (2018).** O globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/povos-tradicionais-ameacados-por-bancada-ruralista-tem-conselho-nacional-abandonado-pelo-governo-23005307>. Acesso: 2018

POUTGNAT, Phelippe. **Teorias da etnicidades. Seguido de grupos étnicos e sua fronteira de Fredrik Bath.** Phelippe Poutgnat; Jocelyne Streiff- Fenart.Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação editora FUNESP, 1998.

TADDEI, Renzo, **Os desastres em uma perspectiva antropológica (ComCiência).** Disponível em: <https://umaincertaantropologia.org/2016/03/10/os-desastres-em-uma-perspectiva-antropologica-comciencia/>. Acesso: 2017.

ZHOURI, Andréa. **Conflitos sociais e meio ambiente urbano.** Comunidades, Meio Ambiente, Desenvolvimento, n° 17. Disponível em: [http://www.nuredam.com.br/files/divulgacao/artigos/documenta17\\_artigo4%20%20Andrea%20Zhouri.pdf](http://www.nuredam.com.br/files/divulgacao/artigos/documenta17_artigo4%20%20Andrea%20Zhouri.pdf) Acesso: 2017.

ZHOURI, andréa; LASCHEFSK, Klemens. **Conflitos Ambientais.** Disponível em: [http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI\\_\\_LASCHEFSKI\\_-\\_Conflitos\\_Ambientais.pdf..](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI__LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf..) Acesso:2018